

Conferência Continental Annual de Rede Parlamentar Africana sobre Impostos e Fluxos Financeiros Ilícitos

Tema: **Justiça Fiscal em meio a Múltiplas Crises** | uma óptica legislativa

26 – 27 de Setembro, Lusaca, Zâmbia



NOTA CONCEITUAL

Introdução

A Rede Parlamentar Africana sobre Impostos e Fluxos Financeiros Ilícitos (APNIFFT) é o principal programa coordenado pela Rede de Justiça Fiscal África (TJNA), com a finalidade de proporcionar oportunidades para que os seus membros, os legisladores africanos, elaborem estratégias, aprendam uns com os outros e capacitem-se para combater os fluxos financeiros ilícitos e a injustiça fiscal no continente. A plataforma simplifica a realização de diálogos e debates sobre a prevenção de Fluxos Financeiros Ilícitos (FFIs), governação fiscal e mobilização de recursos domésticos (MRD) em África. Em 2017, a TJNA idealizou e inaugurou a APNIFFT. Desde os seus primórdios, a estratégia operacional da APNIFFT resume-se a intervenções legislativas locais para atacar os problemas de FFIs e MRD do continente. A operacionalização se dá por meio de delegados (caucus) nos países que agora actuam como uma unidade básica de engajamento e mobilização de Parlamentares. Essas unidades básicas, por sua vez, unem-se para formar caucuses regionais, com base na adesão de conselhos económicos regionais, e posteriormente constituem o caucus continental. O caucus continental reúne-se anualmente na 'Conferência Continental da APNIFFT', ocasião em que avalia o progresso das actividades, partilha conhecimento e capacita os seus membros nas questões mais recentes relacionadas à justiça fiscal.

Este ano, a conferência continental está marcada para segunda e terça-feira, 26 e 27 de Setembro de 2022, em Lusaca, Zâmbia

Contexto

Nos últimos anos, a economia mundial tem sido devastada por sucessivas crises, a exemplo da recente pandemia de Covid-19, os conflitos em andamento na Ucrânia e em outras partes do mundo, além dos impactos cada vez mais adversos das mudanças climáticas, entre outros.

A pandemia de Covid-19 presenciou 30 milhões de pessoas sendo empurradas para a pobreza, além de 22 milhões de novos desempregados. Os países pelejaram para fazer com que os seus cidadãos conseguissem pagar minimamente as suas contas, em meio a inflamados problemas de fluxos financeiros ilícitos, endividamento, financiamento externo cada vez menor e queda no investimento estrangeiro directo. Após a pior das crises, a África iniciou o seu caminho de recuperação pós-Covid-19, com um crescimento do produto interno bruto de cerca de 6,9%. Contudo, assim que os países africanos saíram do sufoco da pandemia, surgiu uma nova crise com o aumento dos custos alimentares, energéticos e financeiros, desencadeados pelo conflito na Ucrânia. Estima-se que o crescimento do PIB desacelere para 4,1% em 2022 e assim permaneça em 2023.

A Guerra da Ucrânia também poderá levar outros 1,8 milhão de cidadãos africanos para a extrema pobreza em 2022, devido à escalada dos custos de alimentos, combustível e finanças.

À medida que os países africanos trabalham para mitigar as circunstâncias externas, os fluxos financeiros ilícitos da África e as crises de endividamento continuam a aumentar. O Relatório 2015 do Painel de Alto Nível sobre Fluxos Financeiros Ilícitos (FFIs) da UA/UNECA trouxe para o cenário mundial o flagelo dos FFIs no desenvolvimento sustentável, revelando que foram desviados mais de USD 50 mil milhões por ano no continente. Dados recentes do Relatório 2020 da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento Económico em África indicam que os FFIs quase duplicaram, e que a África perde actualmente USD 88,6 mil milhões. A riqueza mineral de África continua a ser a principal fonte de FFIs, com 15 países africanos classificados como abundantes em recursos naturais, segundo o Panorama Económico Regional da África Subsaariana do FMI. Em meio ao crescimento dos FFIs, os países africanos seguem deficientes quanto à implementação da Visão de Mineração da África (VMA) e das recomendações de FFIs do Relatório do Painel de Alto Nível.

Para piorar as coisas, a dívida da África já era tida como um problema antes mesmo da COVID-19. Enquanto rumavam para a pandemia, os países africanos já tomavam pesados empréstimos dos mercados financeiros globais. Apesar da tensão, a dívida em todo o continente aumentou mais USD 45 mil milhões ou 8% em 2020. Os rácios da dívida pública atingiram o seu nível histórico mais elevado nas duas últimas décadas, e muitos países de baixo rendimento estão em situação de sobreendividamento ou perto disso. À medida que os níveis da dívida aumentaram, infelizmente também aumentaram os custos do serviço da dívida, sendo que os países não necessariamente melhoraram a sua capacidade de financiar tais obrigações. Ainda que o continente busque resolver este problema, a África também enfrenta o desafio do aumento da inflação. De facto, com pressões inflacionárias crescentes e níveis de produção abaixo do que se tinha antes da pandemia, os bancos centrais da maioria dos países enfrentam um difícil equilíbrio entre conter a inflação e apoiar o crescimento.

A importância da mobilização de recursos domésticos

Estas crises ocasionaram um efeito duplamente negativo nos países africanos. Os governos depararam-se com o desafio de ter de aumentar os gastos imediatos para amortecer o impacto das crises nos seus cidadãos, enquanto manobravam num espaço fiscal cada vez menor causado pelo impacto negativo das crises.

Combater os fluxos financeiros ilícitos e melhorar a mobilização de recursos internos são esforços fundamentais dos Estados para o enfrentamento desses desafios. De acordo com o Panorama Tributário da África, contudo, a taxa média de impostos do continente em relação ao PIB é de 14,84%, bem abaixo da média da OCDE de 33,5%, indicando que os países africanos devem se empenhar para melhorar a mobilização de recursos internos. Parte disto deve-se aos fluxos financeiros ilícitos estimados em USD 88,6 mil milhões, correspondentes a 3,7% do PIB da África, os quais saem do continente em forma de fuga de capitais. Estes números revelam que este êxodo de activos financeiros quase equivale à soma das entradas totais recebidas anualmente pelos países africanos: USD 48 mil milhões de assistência oficial ao desenvolvimento e USD 54 mil milhões de investimentos estrangeiros directos.

A África precisará de pelo menos USD 432 mil milhões para enfrentar os efeitos da Covid-19. Actualmente, o déficit de financiamento climático chega a US\$ 127,2 mil milhões por ano até 2030, sem contar que as disrupções económicas decorrentes da Guerra da

Ucrânia deverão elevar ainda mais o déficit de financiamento de África. Para resolver isso, os governos africanos também precisam trabalhar em duas frentes para conseguir melhorar a sua mobilização de recursos internos. A nível nacional, os governos terão de tratar as questões já existentes nas suas economias. Para além disso, os países africanos terão de cooperar para resolver as questões globais que dificultam seus esforços de mobilização de recursos internos.

Do jeito que está, o actual sistema tributário global é desfavorável aos países em desenvolvimento e, portanto, requer reforma. Embora o Marco Regulatório Inclusivo da OCDE já preveja negociações para consertar o sistema global, este não contempla uma solução às principais questões fiscais enfrentadas pela África. Na Comissão Técnica Especializada Extraordinária de Finanças, Assuntos Monetários, Planeamento Económico e Integração de 2020, o briefing da UA dos Ministros das Finanças assim declarou:

“...os países desenvolvidos não estão a ouvir as preocupações dos países em desenvolvimento e não têm a menor intenção de corrigir o equilíbrio dos direitos tributários de forma significativa. A África deve mobilizar-se a nível político se quiser mudar a postura dos países desenvolvidos e resolver estas questões fiscais primordiais.”

Mesmo que os países africanos explorem formas, a nível doméstico e global, de aumentar os recursos internos, é importante notar que um dos efeitos socioeconómicos mais importantes dessas crises tem sido o aumento da desigualdade. Durante a Covid-19, por exemplo, a fortuna dos dez homens mais ricos do mundo duplicou enquanto o rendimento de 99% da população global diminuiu, revelando mais desigualdades dentro do país e entre nações. Consequentemente, à medida que os governos exploram formas de aumentar a mobilização de recursos internos, também devem procurar caminhos que não desloquem a carga tributária aos pobres, para não agravar ainda mais a desigualdade.

A urgente necessidade de coerência política

As medidas de combate aos FFIs e de promoção da MRD são complexas e multidimensionais por sua própria natureza, pois abrangem várias disciplinas, áreas do direito e políticas públicas, envolvendo muitos actores díspares, uma variedade de organizações governamentais e não governamentais de todos os continentes, com interesses conflitantes. Somado às crises actuais, há também um alto risco de que as leis e políticas relativas aos FFIs e MRD sejam precipitadas, incoerentes ou mal elaboradas, e consequentemente, ineficazes.

A legislatura tem o papel crucial não só de fazer leis coerentes, mas também fiscalizar a sua implementação, aprovar orçamentos para financiar projectos e programas, e dar voz às necessidades dos cidadãos comuns. Sendo assim, é de suma importância, na luta contra os FFIs e a injustiça fiscal, que os legisladores tenham compreensão e domínio sobre os problemas decorrentes das actuais crises e saibam as opções políticas disponíveis para combatê-los. Também é necessário que os legisladores colaborem entre si e coordenem intervenções, tanto a nível nacional como regional.